

## **Reflexões sobre a crise ambiental: uma viagem até suas origens e um encontro com as soluções**

### ***Reflection about the environmental crisis: a trip to its origins and an encounter with solutions***

*Suely Salgueiro Chacon\**

---

---

#### **Resumo**

O principal objetivo desse artigo é compreender o processo histórico que levou a humanidade à crise ambiental que vem se acentuando desde as últimas décadas do século passado, mostrando as novas perspectivas que a humanidade pode ter para reverter esse cenário de degradação ambiental, social e moral. Mostra, brevemente, como o homem forjou os pressupostos da crise, que hoje enfrenta, e apresenta algumas soluções propostas, dentre as quais, as dos ambientalistas, das políticas ambientais e do ecossocialismo. Conclui-se que, só haverá possibilidade de mudança real, a partir de uma transformação profunda no pensar e no agir da humanidade, substituindo o *ter* pelo *ser* em sua ordem de prioridade.

**Palavras-chave:** Meio ambiente. Desenvolvimento sustentável. Crise ambiental. História econômica e ambiental.

#### **Abstract**

The main objective of this article is to understand historically what has led mankind to the present environmental crisis since the last decades of the past century. New perspectives were discussed on how to invert this environmental, social and moral degradation. Crisis proposals were briefly touched upon on how humanity plans to solve the problem, this enveloping environmentalist, environmental policies and ecossocialism. It can be concluded that there is a possibility for real change when mankind alters the way he thinks and acts.

**Keywords:** Environment. Maintainable development. Environmental crisis. Economic and environmental History.

---

---

## **Introdução**

A humanidade parece perdida, a vagar por entre as conseqüências de uma crise de percepção que coloca em dúvida todo o processo civilizatório vivido até aqui. A análise aqui apresentada permite visualizar parcialmente o processo histórico pelo qual a humanidade conduziu sua relação com a natureza e com seus próprios semelhantes. Enfatiza-se o momento em que o conhecimento adquirido pelos homens levou à geração de extraordinários avanços científicos, tecnológicos e econômicos, e, ao mesmo tempo, ao aumento dos problemas sociais e ambientais, resultantes do uso exacerbado e inconseqüente da natureza e dos próprios homens.

Compreender esse processo, suas motivações e seus efeitos são os objetivos desse trabalho, ao mesmo tempo em que busca apresentar soluções para essa crise, destacando as posições defendidas pelos ambientalistas, pelos defensores das políticas ambientais e pelo ecossocialismo. Mostram-se aqui essas novas perspectivas, que demonstram as possibilidades que a humanidade pode ter para reverter o atual cenário de degradação ambiental, social e moral em que se insere.

---

\* Doutoranda em Economia e Desenvolvimento Sustentável - UnB-DF - Coordenadora do Curso de Ciências Econômicas - Universidade de Fortaleza - UNIFOR

## 1 Origens da crise

A ilusão de domínio sobre a natureza e a exacerbação do *ter* sobre o *ser* é um processo que surgiu com a criação do *excedente*, ainda no Modo de Produção Comunal Primitivo<sup>1</sup>, o que permitiu a especialização e as trocas, e levou a uma contínua e crescente exploração da natureza pelo homem, bem como do próprio homem pelo homem. Essa exploração teve seu grande impulso com o surgimento de ideologias que pretendiam “libertar” o homem de qualquer tradicionalismo e/ou costumes arcaicos, normalmente ligados à vida rural, e à terra. Esse momento é também marcado pelo fim do Modo de Produção Feudal e o surgimento do Modo de Produção Capitalista, que, transfigurando-se ao longo do tempo, é ainda hoje hegemônico. A crescente urbanização, bem como o crescimento exorbitante da população, a mudança da noção de distância e o poderio do mercado em detrimento da sociedade marcam essa época, quando a natureza é transformada em *recurso natural* e o homem em *recurso humano*.

Referindo-se à natureza, vista como *recurso natural*, e ao trabalho humano, como *recurso humano*, na concepção capitalista, Shimidt é taxativo:

*(...) mesmo agora a natureza, como matéria determinada do trabalho humano, é ainda irredutível à subjetividade (social), mas seu em si é ainda apenas um para o aparato de produção, que leva o processo da natureza a um processo cientificamente orientado pela técnica, e que o funde na maquinaria e o desfigura até o ponto de torná-lo irreconhecível, o que tem como consequência um extraordinário crescimento da produtividade do trabalho. Do lado do sujeito, a esta radical desqualificação da natureza corresponde a redução do trabalhador para existir apenas como produtor de valor de troca, o que envolve ‘a total negação de sua existência natural’, isto é, o fato de que ele ‘está determinado inteiramente pela sociedade.* (SHIMIDT In: COHN, 1977: 251-252)

Polanyi (1980), no capítulo 15 do livro *A grande transformação*, discute o processo histórico que transformou a terra em mercado e mercadoria, elucidando a diferença entre o uso e a propriedade privada dessa terra, que foi convertida, pela economia, em “recurso natural”. O autor compara esse processo ao processo análogo por que passou o trabalho, que levou o homem a se tornar “recurso humano”, ressaltando que essa transformação se deu mais rapidamente e mais facilmente do que a da terra.

“Imaginar a vida do homem sem a terra é o mesmo que imaginá-lo nascendo sem mãos e pés”. Essa frase de Polanyi (1980: 181) remete à colocação de Arendt (1997), de que a condição humana é dada pela natureza. Ser-se-á sempre um ser humano, onde quer que se esteja, mesmo fora do planeta, mas a *condição humana* é dada ao homem pela natureza, pela terra, que condiciona sua existência, permitindo sua sobrevivência na Terra. No entanto, para os defensores da economia de mercado, a terra é, antes de tudo, uma fonte de lucro, não apenas *per si*, mas a partir de seus variados *usos*.

## 2 A natureza e o homem x a ciência e a produção

Em oposição à importância dada por Polanyi (1980) e Arendt (1997) à natureza, a maioria das teorias econômicas baseia o estudo da evolução do ser humano sobre a Terra, na sua capacidade de *produção*. A partir de suas necessidades, ele passa a interferir na natureza, observando-a até começar a transpor a etapa de total dependência para uma interferência lenta e gradual, que permitirá um *domínio* cada vez maior. De acordo, por exemplo, com a teoria marxista do capital, o homem vive diferentes períodos, de acordo com a evolução de suas *forças produtivas*, que, por sua vez caracterizam os *modos de produção*<sup>2</sup> determinados historicamente, nos quais encontram-se *relações sociais de produção* específicas.

O momento histórico que marcou a ruptura total do homem com a terra, quando ele foi *dominado* pela ilusão de *dominar* a natureza, de não pertencer a ela, mas de possuí-la, é muito bem caracterizado por Hobsbawm (1988), quando analisa as duas grandes revoluções de cunho ideológico e econômico, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, respectivamente, que deram as bases para o predomínio da ciência e da técnica sobre todas as instâncias de atuação humana, quando a razão tornou-se soberana, descartando qualquer emoção, que supostamente impediria o *progresso* da raça humana. Esse momento histórico é baseado nas idéias do Iluminismo e do Liberalismo Econômico.

Hayward (1994) diz que o Iluminismo foi um avanço cultural a partir da ciência; e o domínio sobre a natureza foi considerado emancipatório teoricamente (ciência), materialmente (técnica) e praticamente (ética). Enquanto Hayward tenta desmistificar o Iluminismo, Hobsbawm (1988) descreve-o no contexto histórico, mostrando que, na época, essa doutrina de fato significou a libertação (da Idade Média). As **ciências** (dentre elas a economia):

*(...) dedicavam-se à solução dos problemas produtivos, sendo que o mais surpreendentes avanços da década de 1780 foram da química, que era por tradição muito mais intimamente ligada à prática de laboratório e às necessidades da indústria.* (HOBBSAWM, 1988: 36).

*(...) o **iluminismo**, a convicção no progresso do conhecimento humano, na racionalidade, na riqueza e no controle sobre a natureza – de que estava profundamente imbuído o século XVIII – derivou sua força primordialmente do evidente progresso da produção, do comércio e da racionalidade econômica e científica que se acreditava estar associada a ambos.* (Hobsbawm, 1988: 37).

Os dois principais centros dessa ideologia foram também os palcos das duas grandes revoluções, França e Inglaterra. Ali a doutrina que pregava que uma sociedade livre era aquela comandada pela razão e pelo capitalismo floresceu. O objetivo do capitalismo era tido como o de libertar todos os seres humanos. “*Todas as ideologias humanistas, racionalistas e progressistas estão implícitas nele, e de fato surgiram dele*”. (HOBSBAWM, 1988: 38) O capitalismo é visto, então, como o “libertador” por isso, Locke diz que a propriedade privada “liberta”.

Os príncipes usavam as idéias do **iluminismo** do mesmo modo que vários governos modernos usaram o **planejamento**. Mas eles estavam mais interessados em novos e mais eficientes métodos, para arrecadar impostos e aumentar sua riqueza e poder, do que defender a idéias, da nova sociedade “iluminada”. “*Um príncipe necessitava de uma classe média e de suas idéias para modernizar o seu Estado; uma classe média fraca necessitava de um príncipe para quebrar a resistência ao progresso, causada por arraigados interesses clericais e aristocráticos*”. (HOBSBAWM, 1988: 39).

Esse é um processo muito semelhante ao que acontece hoje com o conceito de **desenvolvimento sustentável**, apropriado pelo discurso político como uma “palavra mágica”, que abre portas, consegue recursos e tudo justifica.

Hayward (1994) lembra que, segundo Kant, o iluminismo é a emergência do ser racional livre (*Mündigkeit* = autonomia madura: a liberdade de tomar uma responsabilidade e a capacidade de usar a própria liberdade). Ele surge com o intuito de libertar o homem do encantamento, dos mitos (da Idade Média), mas acaba levando a um novo culto, o “culto à razão”. Assim, o domínio sobre a natureza aparece dentro de um contexto moral determinado pela razão, que tudo justificaria. Fazendo par com as idéias iluministas, estão as do Liberalismo econômico, base modo de produção capitalista, também inspiradas na razão e na lógica simples.

A economia, enquanto ciência, tem evoluído em sintonia com os interesses das classes dominantes, forjando teorias que justificam e defendem o seu *status quo*, bem como a permanência e revitalização da estrutura e superestrutura necessárias.

O período histórico em que aconteceu a ascensão do capitalismo é também o momento da ascensão definitiva da economia à categoria de ciência, e a doutrina clássica pregava as idéias liberais, por meio da crença irrestrita nos mecanismos de mercado, que seria regido por uma “mão invisível”, que, segundo Adam Smith, faria com que as forças de mercado (demanda e oferta) estivessem sempre em equilíbrio, e não ocorressem crises no sistema produtivo; que era perfeito e, por isso mesmo, conduzia-se pelas leis da “concorrência perfeita”. Era essa a base do Liberalismo Econômico, pelo qual o mercado era o *ente* fundamental, aliado à propriedade privada, para a organização social. O homem se curvava definitivamente aos ditames da produção e do consumo.

A partir desse ponto, o que a humanidade passou a viver foi um processo de total subordinação aos ditames da produção, sempre justificados e amparados pela ciência. Para Leff (2001: 133):

*O processo civilizatório da modernidade fundou-se em princípios de racionalidade econômica e instrumental que moldaram as diversas esferas do corpo social: os padrões tecnológicos, as práticas de produção, a organização burocrática e os aparelhos ideológicos do Estado. A problemática ecológica questiona os custos socioambientais derivados de uma racionalidade produtiva fundada no cálculo econômico, na eficácia dos sistemas de seus meios tecnológicos.*

Buarque (In: BURSZTYN, 1994: 77) vai além e diz que o século da economia foi, na verdade o século XX. Para ele, enquanto a técnica surge como o grande instrumento de transformação do mundo físico, definindo-o como ele é, a economia se apresenta como a base racional para essa transformação, definindo como o mundo pensa, e até como ele desejou ser. “*Para ser da ética, o século XXI terá que rever a maneira como a economia explica e intervém no mundo*”.

Duas novas tensões surgem no final do século passado, segundo Buarque: “*(...) a tensão entre realidade e desejo social; e a tensão entre o objeto limitado ao homem e seus produtos e um novo objeto capaz de incorporar toda a dimensão planetária*”. (BUARQUE In: BURSZTYN, 1994: 77) Essas tensões geram a necessidade de se revisar o pensamento no sentido de uma nova abrangência do objeto a ser estudado, de uma redefinição dos propósitos do processo social e de uma nova racionalidade, “*(...) capaz de servir para a realização dos novos propósitos, levando em conta a nova abrangência*”. (BUARQUE In: BURSZTYN, 1994: 77)

### 3 Configurações da crise hoje

O homem, julgando-se acima de tudo e de todos, amparado pelo racionalismo e pelas descobertas da ciência, depositou seus principais desejos e aspirações na busca do sucesso econômico, pela vontade de **ter**, acumular cada vez mais riquezas, e, por conseguinte, mais *poder* sobre seus iguais, esquecendo-se assim da sua real condição de **ser**, na e com a natureza.

É inevitável diante dessa constatação que se busque explicações. A tomada de consciência cada vez maior leva a que o homem se questione acerca dos valores que guiaram o processo civilizatório dos últimos séculos, pelos quais a individualização, a competição, a dominação e exploração dos homens sobre os homens e sobre a natureza, tornaram-se elementos essenciais da formação econômica e social, e como tais são vistos com naturalidade.

Tornou-se banal *usar* a natureza, devastando-a em prol do “progresso econômico”, que seria a única forma de gerar *felicidade* para todos. Como é normal *usar* a natureza, também o é *usar* o semelhante, explorando-o e, ao mesmo tempo, convencendo-o de que, um dia, ele será recompensado com a felicidade pelo seu “progresso econômico”, o que lhe garantirá sucesso social. Então, se ele *derrubar* o seu colega não estará errado, pois ele é, na verdade, um competidor, que pode *roubar-lhe* a possibilidade de ser *o melhor*. Assim torna-se também muito simples usar a natureza como depósito de lixo ou explorá-la até a exaustão. O que importa é o agora, o presente. Não há lições do passado, não há previsões para o futuro.

Herrera (In: BURSZTYN, 1984: 57) diz que:

[...] o elemento de unidade histórica, fora dos períodos de transição, é a permanência de uma determinada *visão de mundo entre gerações*. Hoje ocorre que as novas gerações estão começando a ter uma *visão de mundo bastante distinta da que tínhamos até agora*. Não se utilizam de informações detalhadas sobre o passado, não tentam aprofundar muito a busca de novos modelos e têm uma percepção das coisas diferente das anteriores.

Para Herrera (In: BURSZTYN, 1984) o primeiro esforço que se deve fazer é o de se ver como espécie. Para ele, o que de fato distingue o homem dos outros animais é a própria definição do *homem*, um animal não apenas social, mas *cultural*. E o homem pode mudar e superar momentos de crise, justamente por ser um animal cultural.

Herrera nos coloca uma pergunta essencial, que vem sendo repetida desde os primórdios da existência humana conhecida: *qual o destino do homem? Que sentido tem o homem e a vida?* Vai além, perguntando:

*O que aconteceu com o homem? O mais óbvio no Homem é que tem um aparato cognitivo, uma mente, que é infinitamente superior à capacidade de que precisa para sobreviver. Tanto é assim que o seu inimigo maior para sobreviver – e estamos agora em perigo de extinção – precisamente é essa capacidade mental infinita que tem.* (59)

E acrescenta:

[...] o Homem pela primeira vez tem a possibilidade de **libertar-se realmente do meio**. [...] não no sentido de ignorá-lo; libertar-se no sentido de não estar atado à escassez e ao trabalho rotineiro. [...] se não conseguirmos construir uma cultura que esteja de acordo com o verdadeiro destino humano, vamos destruí-lo. (61)

Mas Herrera ressalta alguns pontos que ele considera favoráveis à humanidade, nessa crise, que se arrasta cada vez mais grave, quais sejam:

- a miséria é um fenômeno sócio-político econômico, não um fenômeno natural, podendo o homem, com sua capacidade científica e tecnológica, satisfazer as necessidades básicas da humanidade. Ou seja, ele defende uma melhor distribuição da produção, em detrimento à concentração de renda crescente. É de fato a solução, mas infelizmente é uma colocação simplista, otimista e até ingênua, face aos interesses em jogo e ao fato da ciência está totalmente comprometida com o processo de acumulação capitalista que alimenta hoje a miséria crescente.
- existe uma “civilização mundial”, dada pelo “processo de unificação do mundo”, nunca percebido, antes, com tal magnitude e abrangência. É possível “conceber a diversidade das culturas humanas como uma totalidade orgânica”. A propósito dessa possibilidade levantada por Herrera, Pierre Lévy, que em 1994, ao discorrer sobre as maravilhas que a tecnologia cibernética vinha proporcionando ao mundo, dizia acreditar que a “cultura da rede” não se restringiria às mudanças no processo produtivo, mas seria capaz de revolucionar as relações pessoais e os próprios aspectos civilizatórios, pois “os novos meios de comunicação poderiam renovar profundamente as formas do laço social, no sentido de uma maior fraternidade, e ajudar a resolver os problemas com os quais a humanidade hoje se debate.” (Lévy, 1999: 13). Esse ideal também é defendido por Boff, que embora admita que hoje a “*planetização se realiza em sua idade de ferro, sob o mercado competitivo e não cooperativo*” (Boff, 1998: 22), é possível erguer uma *civilização planetária*, mais justa, que respeite as diferenças entre os seres e se harmonize com a natureza.

Porém, essa verdadeira “revolução” não se realizará sem que seja garantido a todos, sem distinção, o direito à vida. Para Sen (2000) não é possível falar de desenvolvimento, sem antes tratar da liberdade do ser humano, em seus aspectos primordiais, devolvendo às pessoas sua condição de agentes: “*O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos*”. (SEN, 2000: 18)

Como falar de *agentes* de desenvolvimento, ou de preservação da vida e dos recursos naturais para pessoas que vêem seus filhos morrendo de fome, seja no Sertão do Ceará, no interior da África ou nos guetos de Nova Iorque? Dos 6 milhões de habitantes da Terra, 2,8 bilhões vivem com menos de 2 dólares por dia e 1,2 bilhões com menos de 1 dólar por dia. Nos países pobres, um quinto das crianças morrem antes de completar cinco anos e 50% das que sobrevivem são desnutridas (WORLD BANK, 2000).

A busca de uma convivência mais saudável e equilibrada do homem com o meio ambiente está implícita na busca por uma forma de viver mais digna e ética, que não mais exclua, porém que permita que, cada um exerça sua *liberdade*, numa “cidadania planetária”, como propõe Boff (1998: 38), nos mesmos moldes da “sociedade civil planetária” de Leis (In: VIOLA *et al*, 1998:39), que vai mais além e propõe um “Governo Mundial” (In: VIOLA *et al*, 1998: 39 e 1996: Cap. 1), que priorizaria ações de defesa à vida na Terra, em todas as suas expressões.

Especificamente sobre a crise ecológica, Enzensberger (1976) nos diz que, antes de ter uma explicação eminentemente natural, ela é resultado de um processo social ligado intimamente ao modo de produção capitalista. O autor defende a seguinte hipótese central, levantada pela ecologia: “*As sociedades industriais produzem contradições ecológicas que deverão conduzi-las à sua ruína em um tempo previsível*”. (ENZENSBERGER, 1976: 9)

Essa hipótese, que pode ser vista também como um prognóstico, baseia-se em um conjunto de fatores *sinérgicos*: aumento incontrolável da população mundial; processos industriais que têm como base o uso de energias não renováveis, que dependem do uso de matérias-primas também não renováveis e que usam tal quantidade de água, que a recarga natural não é suficiente; o aumento da produtividade agrícola que tem levado a novos desequilíbrios ecológicos; contaminação do mundo: desequilíbrios e disfunções de todo tipo que resultam do intercâmbio entre a natureza e a sociedade humana, como consequência involuntária do processo de industrialização; poluição psíquica; poluição térmica (efeito estufa).

Enzensberger destaca ainda que:

*[...] uma dificuldade primordial da construção e refutação das hipóteses ecológicas está no fato de que todos os processos transcendem de um modo paralelo, sem uma estreita interdependência; isto é válido também para os intentos de solução das crises ecológicas. Comumente, senão sempre, as medidas para limitar um dos chamados fatores críticos conduzem a que outro escape ao seu controle. Se trata de um sistema de regulações, ou melhor dizendo, de perturbações circulatorias unidas entre si de múltiplas maneiras.* (ENZENSBERGER, 1976: 11)

Parece claro que, apenas a partir de um processo longo e definitivo de tomada de consciência geral é que se pode esperar uma reversão desse quadro de crise.

## 4 Respostas para a crise

Como a humanidade conduziu sua relação com a natureza e com seus próprios semelhantes, gerando ao mesmo tempo extraordinários avanços científicos e econômicos, e terríveis retrocessos do ponto de vista social e ambiental? Essa é questão central que se coloca e que norteará as reflexões seguintes.

### 4.1 Ambientalismo

Enzensberger, em 1976, descreve o movimento ecológico como um movimento amplo, porém debilmente organizado, com potencial político difícil de ser calculado. O fato é que, àquela época, a hipótese de catástrofe difundida pela ecologia começava a se tornar conhecida, difundida que era pela mídia, especialmente nos países de capitalismo industrial. Essa exposição massiva pelos meios de comunicação levou a perda do rigor científico da discussão, conduzindo a uma confusão teórica, e à perda de clareza.

Para Enzensberger há um caráter classista do debate ecológico, pois a neutralidade social é uma ficção. Apesar das evidências históricas de que o problema ambiental já existia há tempos e vinha se agravando, foi somente depois desses problemas se concretizarem no âmbito da classe média, no espaço por ela ocupado e em sua qualidade de vida, que o movimento ecológico de fato começou.



O que assusta hoje é a generalização dos ataques à natureza. Os problemas ecológicos se agravam com o aumento do consumo da classe trabalhadora, pois a classe dominante sempre desfrutou da natureza a seu bel prazer. Contudo a classe dominante é bem menor e tende a encolher, enquanto a classe trabalhadora é maior e tende a aumentar, aumentando, por conseguinte, seu consumo.

Enquanto os ricos “compram” um meio ambiente saudável, os pobres não se importam muito com os problemas ecológicos, e, com isso, “(...) como produtora de ideologia, a ecologia é um problema da classe média”. (ENZENSBERGER, 1976: 19)

Alguns autores vêm defendendo a teoria de que nos países mais desenvolvidos a consciência ecológica passa a existir porque a luta pela sobrevivência se torna mais amena e as pessoas e empresas podem cultivar valores “pós-materialistas”, defendendo a proteção à natureza, enquanto os pobres não teriam essa consciência porque teriam que lutar pela sobrevivência. Martínez-Alier, no entanto, não concorda com essa teoria e afirma que essa defesa ao meio ambiente está fundada em valores materiais sólidos, pois, na verdade, o que acontece com essas sociedades é que elas sabem que dependem dos recursos naturais, então têm que preservá-los. Contudo não têm uma consciência ecológica verdadeira, à medida que não se preocupam com os efeitos de seu crescimento além de suas fronteiras, apenas tentam preservar sua maneira confortável de viver e produzir, além de apreciar amenidades como criar bichinhos ou plantar jardins floridos. (MARTÍNEZ-ALIER In: CAVALCANTI, 1999: 218-220).

Já o chamado “ambientalismo dos pobres” tem bases muito mais espontâneas, pois nascem da necessidade de proteger o lugar onde vivem das investidas do mundo “desenvolvido” que invade cada vez mais o espaço de sociedades excluídas dos resultados do progresso, como o Sertão semi-árido do Ceará. A agro-ecologia camponesa auto-consciente, por exemplo, não é uma moda, mas sim uma “modernidade alternativa”, baseada na proteção da biodiversidade como única saída para a continuidade da vida. Dessa maneira a luta local pela proteção da natureza é fundamental para a mudança do atual quadro de degradação ambiental.

Martinez-Alier lembra ainda que a pobreza pode ser colocada como uma das principais causas da degradação do meio ambiente, mas demonstra, com diversos exemplos, principalmente na América Latina, como os pobres têm lutado em defesa do meio ambiente, de forma verdadeira e espontânea. Mesmo sem saber eles são os verdadeiros ambientalistas. E um dos pontos que ele ressalta é que as mulheres estão sempre à frente desses movimentos. (MARTÍNEZ-ALIER In: CAVALCANTI, 1999: 217, 222, 224, 228).

Com uma leitura mais recente da crise ecológica e do movimento ambientalista, Leis (1996: 12) alerta que “(...) o meio ambiente, praticamente “invisível” para a política até pouco tempo atrás, passou a ser afetado por esta e também, por meio do ambientalismo, a condicioná-la fortemente, obrigando assim a pensar (ou repensar) seu lugar dentro de qualquer teorização política contemporânea.” De fato, os discursos políticos passaram a se utilizar cada vez mais das idéias do ambientalismo. De forma até irresponsável, a ponto de saturar certos termos, como é o caso do *desenvolvimento sustentável*, que passou a compor todo e qualquer plano político, sem que os tais políticos soubessem bem o que aquilo queria dizer. (CHACON, 2000).

Dando uma visão ampla, Leis (In: VIOLA *et al*, 1998:26) coloca que “a crise ecológica global resulta da anarquia na exploração e gestão dos bens comuns da humanidade por parte de atores políticos e econômicos orientados por uma racionalidade individualista instrumental” e é enfático quando diz que o alcance de um futuro sustentável depende, acima de tudo, dos atos da sociedade civil planetária, consciente de seu papel e defendendo não apenas os valores materiais do mercado, mas também os valores espirituais.

Ele afirma que a “revolução ambiental” só ocorrerá com a “harmonização das experiências espiritual e material, na reconciliação dos planos transcendental e imanente por que passa a humanidade” e que o ambientalismo é o único movimento que “nasce e vive holística e sincreticamente nos dois ‘mundos’”. (LEIS In: VIOLA *et al*, 1998:40) Dessa maneira Leis coloca uma grande responsabilidade sobre o movimento ambientalista, porém ele tem razão quando determina que a solução para a atual crise, forjada pela sociedade consumista, só pode ser resolvida se o homem resgatar valores esquecidos pelo materialismo e que residem no retorno ao sagrado, ao espiritual, valorizando assim as relações mais íntimas entre os seres humanos e a terra e entre os próprios seres humanos, resgatando a *condição humana*, enfatizada por Arendt (1997).

#### 4.2 Políticas ambientais

Goldblatt (1998) afirma que as políticas ambientais são motivadas tanto por interesses como por ideais. Os interesses levam à compreensão dos danos ambientais e as conseqüências e ameaças à própria economia, com a diminuição de rendimentos e de empregos; e os direitos morais e ideais podem compreender o fato de os direitos do futuro prevalecerem sobre os das gerações atuais ou sobre o valor irredutível de todas as formas de vida.

[...] as ligações estabelecidas entre interesses e ideais, estrutura social e cultura são importantes para explicar a trajetória da política de ambiente, o fato de os interesses poderem moldar ideologicamente os

*direitos morais, ao mesmo tempo em que o desenvolvimento do conhecimento e o debate moral podem levar a uma consciente redefinição de interesses.* (GOLDBLATT, 1998: 29)

Mas como a cultura e a moral podem regular ou controlar os sistemas econômicos e políticos? Como a solidariedade e a justiça podem prevalecer sobre o poder e o dinheiro na motivação da ação? *Esses problemas encontram-se também na base das políticas de ambiente.* Uma política ambiental deve controlar e regulamentar a economia, a demografia e a política, pois nessas forças residem as principais causas de degradação ambiental.

Goldblatt (1998), resgatando os teóricos sociais clássicos, lembra que eles apresentaram mecanismos de mobilização política que descrevem de que modo a estrutura social das sociedades modernas determina os interesses políticos e econômicos dos principais grupos sociais e explicam o desenvolvimento cultural da modernidade, no âmbito do qual novos tipos de conhecimento e idéias morais são criados, que podem estar em oposição com a estrutura de interesses e a dinâmica geral das sociedades modernas.

Na verdade, a crise ecológica só preocupa e faz o Estado intervir (seja como for), quando os interesses capitalistas são ameaçados, pois os recursos naturais e o próprio homem (que são a base da produção) ao serem prejudicados podem prejudicar o próprio capital. Hoje a crise ecológica é colocada como “ponto de honra” em todos programas de governo, pois se tornou uma ameaça aos interesses do capital defendidos pelo Estado.

Bem-estar para quem e às custas de quem? O capital monopolista internacional controla os atos de proteção ao meio ambiente, de acordo com seus próprios interesses. Além disso, é um novo mercado, subsidiado pelo poder e dinheiro público.

O meio ambiente na verdade se tornou um bom negócio. As próprias indústrias que poluem se entusiasma com a possibilidade de ganhar mais fabricando produtos para uso no processo de descontaminação. Outras usam a necessidade de proteção ao meio ambiente como desculpa para aumentar exorbitantemente o preço de suas mercadorias. Além disso, novos e lucrativos negócios surgem em função da crise ecológica.

Outro ponto é o “jogo” entre políticos, empresas e os próprios cidadãos. Surgem aqui elementos que atuam como “mediadores”, que buscam sempre vantagens para os grupos que defendem, influenciando grandemente nas decisões políticas e governamentais, por meio de leis e acordos. Enzensberger os chama de “grupo politiquês do meio ambiente”, e enfatiza que estes são sempre apoiados por uma forte base financeira privada, ou seja, por trás desses “ambientalistas” encontra-se a indústria e seus interesses pouco comprometidos com o meio ambiente.

A idéia é convencer a classe trabalhadora sobre a sua responsabilidade, conclamando-a a arcar com o ônus da devastação causada pelo processo de acumulação capitalista viabilizado pela industrialização, que resultou na devastação ambiental.

Quando os elaboradores do relatório do Clube de Roma definiram o modelo que propunham como sendo um modelo mundial, [...] *se eximiram de esclarecer a distribuição dos custos e suas vantagens: não determinam as condições estruturais desiguais e as possibilidades de solução do problema. Porque se uns podem dar-se o luxo de planejar o crescimento e obter alguns ganhos pela supressão e preservação da destruição cometida, os outros não podem nem poderão fazê-lo por muito tempo.* (ENZENSBERGER, 1976: 32)

Mas qual a medida para o crescimento? Continuou-se a crescer, cada vez em maior medida, e hoje, com todo o crescimento, existem mais excluídos e a devastação é ainda maior, em alguns casos, irreversível.

### 4.3 Ecosocialismo

Löwy (In: SADER e GENTILLI, 1999) se refere ao movimento literário Romântico como o primeiro a delinear as idéias que iriam alimentar os atuais movimentos ecológicos, vislumbrando já no século XVIII as ameaças da então novíssima sociedade industrial. Ameaças essas não muito diferentes das atuais ameaças da sociedade da informação.

O socialismo e a ecologia seriam herdeiros da crítica romântica. Apesar das divergências, existiria um objetivo comum às duas correntes, definido por Mitzman (*apud* LÖWY In: SADER e GENTILLI, 1999: 93), como sendo “*substituir os atuais valores dominantes de crescimento econômico linear e de enriquecimento pessoal, de competitividade impiedosa e de divisão do mundo entre ganhadores e perdedores, por valores orientados para a harmonia social e para a solidariedade, baseados no respeito pela natureza, no caráter cíclico da vida em geral [...]*”.

Apesar desse objetivo comum, as divergências ainda separam as duas correntes, especialmente a acusação dos “verdes” de que o marxismo é adepto do produtivismo. Acusação essa amplamente discutida e refutada por Bensaïd (1999). Löwy explica que essa acusação é justificada por um lado, mas por outro não. Não se justifica se consideramos que Marx defendeu que o objetivo do progresso técnico deve ser “a *redução da jornada de trabalho* e o aumento do tempo livre”, privilegiando assim “o ser” em detrimento do “ter”, enfatizado pela acumulação sem fim. Por outro lado, se considerarmos a tendência da doutrina marxista de considerar o “desenvolvimento das forças produtivas” como sendo o motor do progresso, além da não atenção dada às

conseqüências desse progresso para o meio ambiente, parece que os “verdes” teriam razão. Existem vários exemplos na obra de Marx e Engels que justificam as duas proposições.

É bom lembrar, como nos diz Aron (1999), que Marx foi profícuo, escreveu muito, sobre variados temas, em diferentes perspectivas e em diferentes momentos, de modo que não é de se estranhar que se encontrem textos contraditórios ao longo de sua vida, o que não invalida suas proposições fundamentais, que tratam das contradições intrínsecas do modo de produção capitalista. Tais contradições são ainda as mesmas, pois se tratam da essência do capitalismo, e é essa essência a verdadeira razão pela qual a humanidade tem se enterrado cada vez mais no processo de sua própria destruição, tendo como base o egoísmo, o individualismo, a competição e o consumismo, que são o alimento das atuais relações entre os homens e destes como a natureza.

O próprio Löwy corrobora com essa observação quando cita Bensaïd, que sugere que nos concentremos nas contradições de Marx, como a “[...] *contradição entre o credo produtivista de alguns textos e a intuição de que o progresso pode ser fonte de destruição irreversível do meio ambiente natural*”. (BENSAÏD apud LÖWY In: SADER e GENTILLI, 1999)

Para Löwy, a ecologia vem contribuir para uma tomada de consciência a respeito dos perigos para o planeta que representa o atual modo de produção e de consumo, o que pode levar a uma *catástrofe* (tema bem discutido por Enzensberger, 1976), se não forem promovidas *mudanças radicais*. Porém, a ecologia peca por “ignorar a conexão entre o produtivismo e o capitalismo”, ou seja, não pode haver um “capitalismo limpo”, nem os instrumentos econômicos da economia ecológica ou da economia dos recursos naturais seriam suficientes para promover uma mudança real no sistema. Peca ainda por considerar o capitalismo e o socialismo como variantes do mesmo modelo, tomando como exemplo as fracassadas tentativas do “socialismo real”. Também é considerado como desfavorável o fato dos “verdes fundamentalistas” recusarem o humanismo e colocarem em um mesmo patamar todos os seres vivos.

Dessa forma, os *ecossocialistas* ofereceriam uma nova alternativa, mais realista e viável, que conduziria a uma combinação das premissas positivas das duas correntes anteriormente analisadas. Eles percebem que a “[...] *lógica do mercado e do lucro são incompatíveis com as exigências ecológicas*”. E, embora criticando o movimento operário que ainda está ligado ao produtivismo, admite que os trabalhadores constituem-se em uma “[...] *força essencial para qualquer transformação radical do sistema*”. (LÖWY In: SADER e GENTILLI, 1999: 101)

O ecossocialismo ainda não é uma corrente politicamente homogênea, mas há uma série de interesses comuns partilhados pelos seus diversos defensores. Ele representa uma “[...] *ruptura com a ideologia produtivista do progresso (...) e oposta à expansão até o infinito de um modo de produção e de consumo destruidor do meio ambiente, ela representa na esfera sociológica a tendência mais avançada e mais sensível aos interesses dos trabalhadores e dos povos do Sul, ou seja, a que compreendeu a impossibilidade de um “desenvolvimento sustentado” nos quadros da economia capitalista de mercado.*” (LÖWY In: SADER e GENTILLI, 1999:102)

Assim, o *raciocínio ecossocialista* baseia-se em dois argumentos:

- *O modo de produção e de consumo atual dos países capitalistas avançados, baseado em uma lógica de acumulação ilimitada (do capital, do lucro, das mercadorias), de desperdício dos recursos, de consumo ostensivo e de destruição acelerada do meio ambiente, não pode ser estendido, de modo algum, ao conjunto do planeta, sob pena de importante crise ecológica*”.
- “[...] *a continuação do “progresso” capitalista e a expansão da civilização baseada na economia de mercado – inclusive sob essa forma brutalmente desigualitária – ameaça diretamente, a curto prazo (...) a própria sobrevivência da espécie humana. A salvaguarda do meio ambiente natural é, portanto, um imperativo humanista.*” (LÖWY In: SADER e GENTILLI, 1999: 102-103)

Löwy destaca ainda algumas demandas imediatas que são ou podem vir a ser motivo de unificação da luta de movimentos sociais e ecológicos, bem como de sindicatos e defensores do meio ambiente, sejam “vermelhos” ou “verdes”: promoção de transportes coletivos; luta contra a dívida externa dos países do Sul; defesa da saúde pública e contra a poluição promovida pelas empresas; redução do tempo de trabalho como resposta ao desemprego, privilegiando o tempo livre em detrimento da acumulação.

Depreende-se das colocações de Löwy a clara necessidade de se rever o atual modelo de produção que domina a economia global, reestruturando-o em função dos graves problemas sociais e ambientais forjados pela humanidade, no processo histórico de acumulação do capital.

## Conclusão

Vive-se hoje uma crise ambiental, social, moral e econômica (inclusive!). É uma resultante da irresponsabilidade da humanidade perante si mesma, pela sua incapacidade de *olhar* o passado e de *olhar-se* no presente, ignorando o que pode vir depois como conseqüência de seus atos, ou pela falta deles.



A rápida viagem aqui empreendida mostra, parcialmente, como o homem forjou os pressupostos dessa crise. Ao longo de sua história, a humanidade colocou-se em uma posição ilusória de comando, sentindo-se soberana diante da vida, da natureza, distanciando-se, assim, de sua origem, de seu estado natural.

O artigo mostra que, dentre as diversas soluções propostas - as dos ambientalistas, das políticas ambientais e do ecossocialismo -, as idéias sobre ambientalismo ressaltam as lutas locais pela proteção da natureza, como o chamado “ambientalismo dos pobres”. Pequenas comunidades, em sua maioria excluídas do sistema produtivo vigente, aprenderam ou reaprenderam a conviver harmonicamente com a natureza, oferecendo valiosas lições àqueles que procuram novas formas de se relacionarem com o meio ambiente.

Os formuladores das políticas ambientais devem considerar fortemente a contraposição entre cultura e moral e a regulação dos sistemas econômicos e políticos. Uma política ambiental deve controlar e regulamentar a economia, a demografia e a política. Essa afirmação consiste, na verdade, em uma reversão total das políticas ambientais hoje vigentes, pois colocaria o meio ambiente e o homem como prioridades, levando a que a sustentabilidade produtiva, a solidariedade e a justiça passassem a ser as principais motivações das ações e não mais o poder e o dinheiro *per se*.

O ecossocialismo, por sua vez, defende também a harmonia social, a solidariedade e o respeito à natureza, em oposição ao individualismo, à competição exacerbada e ao crescimento econômico linear. Os padrões atuais de consumismo e a concentração de renda, bem como os modelos de produção que exploram o homem e a natureza não podem permanecer, sob pena de pôr em risco a própria sobrevivência na terra. Assim, novos padrões de consumo e produção, bem como uma melhor distribuição de renda, são movimentos essenciais à continuidade da vida na Terra.

Vê-se, com clareza, que não existem “soluções mágicas”, capazes de reverterem, no curto prazo, séculos de degradação ambiental e de reprodução de um modelo de dominação social excludente e explorador, contudo a tomada de consciência de cada um deve ser imediata.

A crise ambiental é também uma crise de percepção que coloca em dúvida todo o processo civilizatório vivido até aqui. A materialização de necessidades e desejos não significou a felicidade pretendida para todos, mas sim, um movimento cada vez mais forte de exclusão e miséria de escala planetária, que se faz sentir em uma parcela cada vez maior da população.

Só haverá possibilidade de mudança real a partir de uma transformação profunda no pensar e no agir da humanidade, substituindo o **ter** pelo **ser** em sua ordem de prioridade. Esse é um ideal perfeitamente alcançável. No entanto, para se chegar até ele é preciso uma mudança radical na forma de *sentir* do ser humano, para que ele possa então *perceber* o seu entorno e renovar as relações na Terra e com a terra, promovendo um modo de vida mais digno e ético.

A ciência deve se posicionar corajosamente, libertando-se do jogo de interesses que tem comandado as ações humanas. E deve lutar para provar que é possível se alcançar um processo de desenvolvimento saudável e solidário, sem, necessariamente, promover a exploração do ser humano e a degradação ambiental. A ciência econômica, especialmente, deve, nesse contexto, superar-se e encontrar soluções de desenvolvimento que levem em conta práticas sustentáveis de produção e, principalmente, definir mecanismos para a reversão da miséria, por meio de um melhor processo de distribuição das riquezas.

Mas entre a “moda” da proteção ambiental, que gera negócios e melhora a imagem de grupos, de políticos, de empresários e de governos, e a real consciência ambiental e social há ainda, em pleno século XXI, um longo caminho, que, ao ser percorrido, pode revelar diversas alternativas, não só para a valorização do meio ambiente, mas do próprio homem, levando este a despertar para sua real condição *na* natureza e não acima e fora dela.

## Notas

1 Utiliza-se aqui a caracterização dos Modos de Produção dada por Ostrovitianov (1972)

2 Modo de Produção é um momento histórico de uma sociedade em função da evolução da produção; escrevem a história no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço.

## Referências

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. 8. ed. rev. Tradução de Roberto Raposo e Celso Lafer. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. 5. ed. Tradução de Sérgio Bath. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BENSAÏD, Daniel. *Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica (Séculos XIX e XX)* Tradução de Luiz Cavalcanti de M. Guerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

- BOFF, Leonardo. *O despertar da águia: o dia-bólico e o sim-bólico na construção da realidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- BUARQUE, C. O pensamento em mundo terceiro mundo. In: BURSZTYN, M. (Org.). *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BURSZTYN, Marcel. *O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.
- CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. 2. ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1999.
- CHACON, Suely Salgueiro. *Análise da sustentabilidade do projeto de implantação de sistemas de bombeamento de água movidos a energia solar no Estado do Ceará -Brasil*. 1994. Dissertação (Mestrado em Economia Rural)-CCA/DEA, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1994.
- CHACON, Suely S. *Desenvolvimento humano sustentável: (re)aprendendo com os excluídos*. Projeto de tese apresentado para a Seleção de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável-UnB. Brasília, DF, 2000.
- ENZENSBERGER, Hans-Magnus. *Contribución a la crítica de la ecología política*. México: Universidad Autónoma de Puebla, 1976.
- GALEANO, Eduardo. *O livro dos abraços*. Tradução Eric Nepomuceno. 5. ed. Porto Alegre: L&PM, 1997.
- GOLDBLATT, David. *Teoria social e ambiente*. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.
- HAYWARD, Tim. *Ecological thought: an introduction*. Cambridge: Polity Press, 1994.
- HERRERA, Amílcar. A crise da espécie. In: BURSZTYN, Marcel et al (Org.) *Que crise é essa?* São Paulo: Brasiliense, 1984.
- HOBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções (1789-1848)*. Tradução Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LEFF, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Tradução Lúcia M. E. Orth. Petrópolis: Vozes, 2001.
- LEIS, Héctor Ricardo. Ambientalismo: um projeto realista-utópico para a política mundial. In: VIOLA, Eduardo J. et al. *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais*. 2. ed. São Paulo: Cortez; Florianópolis: UFSC, 1998.
- LEIS, Héctor Ricardo. *O labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização*. São Paulo: Gaia; Blumenau: FURB, 1996.
- LÉVY, Pierre. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. 2. ed. Tradução Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola, 1999.
- LÖWY, Michel. De Marx ao ecossocialismo. In: SADER, Emir; GENTILLI, Pablo (Org.). *Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?* Petrópolis: Vozes, 1999.
- OSTROVITIANOV, K. V. et al. *Manual de economia política*. 5. ed. Tradução de Francisco Miguel. Lisboa: Estampa, 1972. v. 1.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Tradução Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Campus, 1980. cap. 15.
- SAHTOURIS, Elizabet. *A dança da terra: sistemas vivos em evolução: uma nova visão da biologia*. Tradução Ruy Jugmann. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- WORLD BANK. *World development report 2000: attacking poverty*. Washington, DC: Oxford University Press, 2000.

**Recebido em:** 02/09/2003.

**Aprovado em:** 25/10/2003.